



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 20 DE JANEIRO DE 1999

Boa Noite.

Eu queria, mais uma vez, agradecer ao Congresso Nacional as votações; ao Senado da República, que aprovou em segundo turno a CPMF e, hoje, à Câmara dos Deputados que acabou de aprovar uma alteração na Previdência.

Isso demonstra a compreensão do Congresso, não apenas diante de uma conjuntura que, sem dúvida, requer uma ação enérgica, mas também diante dos problemas mais profundos do Brasil. A alteração da Previdência é necessária. Não apenas por razões momentâneas conjunturais, mas porque precisamos, realmente, reorganizar as nossas finanças públicas, sanear as nossas contas, obter o equilíbrio orçamentário para que o Brasil possa, realmente, voltar a crescer, a gerar empregos e a ter prosperidade.

Os Deputados, nesta noite, demonstraram a firmeza necessária e o sentido de urgência que essas matérias apresentam. O fato de o Congresso ter modificado, sensivelmente, as propostas iniciais do governo, foi o que permitiu que houvesse esse consenso. Consenso que procurou

buscar justiça na decisão, isentando os servidores aposentados e pensionistas que ganhem menos de 600 reais, fazendo uma tabela progressiva – e penalizar não é a expressão correta, a expressão correta é fazer com que aqueles que mais ganham retribuam pelo que ganham. A sociedade toda é quem paga o conjunto de aposentados e pensionistas que, certamente têm o direito à aposentadoria e à pensão, mas não têm o direito de pedir que aqueles que não terão as mesmas regalias e aposentadorias de pensão contribuam para que as mantenham sem que haja um esforço de correção do sistema previdenciário.

Foi importante essa votação de hoje. Isso demonstra, também, que a base do governo continua sendo uma base sólida. É um fato muito promissor mostrar que um Congresso, nos seus últimos dias de funcionamento, de uma legislatura que vai mudar para uma nova legislatura à qual não estarão presentes algumas dezenas, senão que mais de uma centena de deputados, continuou trabalhando ativamente, votando e permitindo que o Brasil demonstre a sua governabilidade.

Tudo isso mostra que nós estamos no rumo certo. É possível fazer reformas na democracia. É possível superar dificuldades momentâneas, desde que se mantenham a equilíbrio, a firmeza e o rumo. E é o que o Brasil está fazendo.

Eu queria, como Presidente da República, vir aqui, ainda hoje, como estou fazendo, porque o País todo precisa reconhecer o que foi a ação de um Congresso, quando ele tomou consciência das necessidades do momento e das necessidades mais prementes do País.

Jornalista: Presidente, a taxa de juros tende a cair agora, com a aprovação do ajuste fiscal, ou do que ainda se depende para essa efetiva redução da taxa de juros?

Presidente: Tenho dito repetidas vezes que o objetivo do governo é, e era antes também, de baixar as taxas de juros. Mas isso não é uma matéria que possa ser resolvida por imperativos políticos. É uma matéria que depende de reações que são de mercado. E, certamente, na medida em que o mercado reconheça, como deverá reconhecer, os avanços que nós

estamos fazendo no equilíbrio das nossas contas e que, portanto, nós continuemos com o Executivo agora, a cumprir à risca aquilo a que nos comprometemos, ou seja, de criar um superávit, certamente as taxas baixarão. Mas elas vão baixar de acordo com essa progressividade. Não será por decisão de A, B ou de C que elas baixarão. Há de ser pelo convencimento do conjunto do País e até mesmo da comunidade internacional ao ver que, efetivamente, o Brasil está com controle da situação financeira, econômica e política.

Jornalista: Não foi uma imposição do FMI?

Presidente: Isso é uma necessidade do País. Não há imposição de ninguém, é necessidade do País. Essa mesma medida foi apresentada várias vezes, muito antes de haver acordo com o FMI, o que mostra que é uma necessidade do País. Nós precisamos entender que, daqui para frente, tudo depende de nós e de mais ninguém. Os ajustes são nossos. Nós precisamos fazê-los. O mercado é nosso. Nós vamos agir com muita firmeza para garantir que não haja carestia, para manter as condições de bem-estar do povo brasileiro, para manter a expansão da nossa economia que vai, cada vez mais, depender da nossa ação, de nós, brasileiros, aqui dentro do Brasil.

Jornalista: Presidente, agora, a finalização do ajuste fiscal é um sinal para a comunidade internacional de que o Brasil está levando à frente as votações. Para a maioria da população, qual é a perspectiva no cenário, nos próximos dias, de essa população sentir essa modificação que a ajuste começa a dar agora na economia?

Presidente: Olha, não tenho a bola de cristal, mas imagino que nós estamos implementando o ajuste. Nós ainda temos nova votação da CPMF. O Congresso ainda vai aprovar o Orçamento da República. Espero que o faça na próxima semana. É todo um processo de continuidade. O que a população vai sentir é que, apesar das turbulências externas, nós mantivemos a economia organizada.

Nós estamos, hoje, numa situação que não é uma situação próxima daquilo que os profetas do caos imaginavam, que era só deixar flutuar o câmbio que aconteceria aqui o que aconteceu em outros países recentemente. Nós estamos mais próximos do que aconteceu em países mais desenvolvidos, que fazem flutuar seu câmbio, mas que se mantêm organizados porque mantêm a confiança no seu governo, no seu rumo.

Então, acredito que quanto a isso a população pode ter tranquilidade. O Brasil continua a ser governado, da mesma maneira que o foi nesses últimos anos.

Jornalista: A sensação do Senhor agora é de dever cumprido perante a Nação, perante a comunidade internacional?

Presidente: O Presidente da República nunca pode dizer que já cumpriu o seu dever. Vai continuar cumprindo. A minha sensação é de que continuo cumprindo, mas não sou eu. O problema aqui é que nós estamos sentindo que o Brasil está fazendo o que precisa fazer. Então, acho que é essa a sensação que eu tenho.

Jornalista: Depois do ajuste fiscal a reforma tributária é o primeiro passo?

Presidente: Isso nós vamos ver. A reforma tributária já está avançando. Nós teremos uma nova legislatura. Eu vou discutir também. Temos que avançar mais também na reforma previdenciária. Há outros pontos em que nós vamos avançar. Não são de reforma constitucional. São pontos que foram antecipados por alguns dos meus Ministros e assessores. Vamos avançar nessa matéria. Nós temos que pensar, efetivamente, na reforma tributária. Mas nós temos, também, que pensar, com muito afinco, na produção nacional, na criação de condições para que esse mercado continue avançando, continue prosperando e para que nós continuemos exportando. Portanto, a tarefa é contínua.

Mas termino reiterando, como era minha convicção profunda, que o Brasil tem condições para seguir adiante e que o pessimismo que algu-

mas vezes ocorre, às vezes poderá ter até algum fundamento, mas há de ser dissipado. Progressivamente, aqueles que não estão aqui, mas nos vêem de fora e nos vêem pelos olhos que são refletidos daqui, pelas mensagens que são refletidas do Brasil, estão começando a compreender que estamos avançando no rumo certo.

Muitíssimo obrigado.

Jornalista: Mais uma pergunta, Presidente. A tarefa mais dura agora vai ser a questão dos estados?

Presidente: A questão dos estados é permanente também. Os estados têm feito ajustes. Recentemente, recebi vários governadores. Recebi hoje o Governador Almir Gabriel. Recordei com ele quando conversamos, há quatro anos, sobre a situação difícilíssima no Pará. Hoje, o Governador Almir Gabriel tem o Pará em melhores condições porque ele fez o ajuste. Ele, em vez de ficar reclamando das condições de uma negociação que é boa para os estados, fez o que tinha que fazer com relação ao ajuste.

Falei com um Governador de oposição, o Zeca do PT, de Mato Grosso do Sul, e com o governador de Alagoas, da mesma maneira. Hoje, almocei com o Governador do Ceará. Falei com a Governadora do Maranhão. Falei com o Governador de Pernambuco. Sinto neles todos a vontade de fazer aquilo que os seus estados necessitam. O Governo Federal e o Presidente da República são solidários com os estados. Estamos tomando medidas para recolocar os Estados em condições de funcionamento.

Quero dizer que a negociação que nós fizemos com os estados foi para diminuir as taxas de juros. Os estados pagam hoje taxas de juros entre 6 e 7,5%. Antes da negociação, pagavam, no mínimo, 30%. E muitas vezes 7% ou 8% ao mês. Nós reduzimos isso, abatemos o montante da dívida. Nós estamos transferindo renda para os estados através dessas negociações. Então, cada Governador responsável que sabe disso, percebe que o Governo Federal ajuda os estados porque é sua obrigação. Não existe equilíbrio das contas só da União. Eu tenho empenho em equilibrar as contas dos estados.

Portanto, aqui nós estamos sempre cuidando dos estados, continuaremos cuidado. Tanto os Ministros da área econômica quanto eu, pessoalmente estamos dispostos a analisar caso a caso, estado por estado, o que se pode fazer mais. Não é romper o que foi feito, que foi bem feito e é bom, mas é fazer a mais. O que tem que fazer a mais é ajudar os estados a colocar em ordem as suas contas, a reduzir o gasto com a folha de pagamento, a resolver progressivamente a aposentadoria dos funcionários dos estados. É essa a nossa missão e nesse sentido nós vamos continuar trabalhando com muito afinho.

Agora, a lei é a lei. O Presidente da República obedece à lei. Quando alguém quer ferir a lei, o Presidente da República é obrigado a recorrer às instâncias do Judiciário para que a lei seja mantida – porque se nós não mantivermos a lei, o Estado de Direito, aí sim haverá uma agressão à Federação. E eu quero a Federação em harmonia. E a harmonia quem define não sou eu, são as leis. A questão das negociações das dívidas são questões federativas, portanto é o Congresso Nacional que tem que discutir. É a ele que cabe discutir a questão federativa. A mim cabe cumprir o que já foi aprovado pelo Congresso Nacional, inclusive as leis de renegociação das dívidas. Depois cabe a mim, isso sim, levar adiante, como disse aqui, medidas adicionais para resolver outras questões dos estados.

Muitíssimo obrigado aos Senhores e às Senhoras.